

FRANCISCO VILLAR
FRANCISCO BELTRÁN (Eds.)

NOTAS SOBRE TEONÍMIA
PRÉ-ROMANA

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

PUEBLOS, LENGUAS
Y ESCRITURAS EN LA
HISPANIA PRERROMANA

ACTAS DEL VII COLOQUIO SOBRE LENGUAS Y CULTURAS PALEOHISPÁNICAS
(Zaragoza, 12 a 15 de Marzo de 1997)

SEPARATAS



INSTITUCIÓN "FERNANDO EL CATÓLICO"
EXCMA. DIPUTACIÓN DE ZARAGOZA

SALAMANCA
Marzo, 1999

Ediciones Universidad
Salamanca

As funções de haver e de ser que se desprendem da teonímia das divindades indígenas – da análise etimológica do termo em si e sua significação primordial;

– do epígrafe que, eventualmente, acompanha o nome e sua origem, aspecto sugerido;

– das próprias inscrições – inscrições que descrevem, apesar de visíveis, os interesses culturais possivelmente obtidos ou não que os deuses das divindades indígenas tinham; e, finalmente, da dependência que a teonímia tem da escrita – com que haverá de ser feita a sua memória e os rituais e os costumes que haverão de ser observados de modo mais ou menos dependente da escrita a que essa memória tem de ser conseguida, talvez seja essa totalidade – é o que sugere pensar na questão das divindades indígenas e suas origens.

NOTAS SOBRE TEONÍMIA PRÉ-ROMANA

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

PRECONIZO, DESDE HÁ TRINTA ANOS, uma ligação mais estreita entre epigrafistas, linguistas e arqueólogos.

Largos passos se deram, entretanto; outros muitos haverá para dar.

Recordo, entre outros:

- o bem estruturado estudo de José L. Melena sobre *Nabia* (1984);
- a síntese de M^a Lourdes Albertos sobre *Ocelum* (1985);
- a panorâmica traçada por Javier de Hoz (1986), que contestei em artigo publicado com data de 1987.

Sucedem-se também os estudos de índole estritamente linguística, entre os quais cumpre citar os de Francisco Villar sobre, entre outros, os teónimos *Reva* e *Trebaruna*; ou os de Blanca Prósper acerca de *Ocrimira*, *Trebaruna* e os já anunciados a propósito de *Abna* e *Tongoe Nabiagoi*.

Em Sevilha, aquando do colóquio sobre a *Tabula Siarensis* (Maio de 1986), tive ensejo de abordar os problemas metodológicos que o estudo das divindades indígenas levantava. A intervenção, devido quiçá ao interesse primordial da *Tabula*, terá passado despercebida, tanto mais que não tenho notícia de haver sido contestada, apoiada ou, simplesmente, referida.

O Colóquio de Sintra (Marçco 1995), sobre *Divindades Indígenas e Interpretatio Romana*, foi igualmente pretexto para repôr esta reflexão que talvez não seja desinteressante retomar aqui, porque, inclusive, poderá inclinar-nos mais para a ideia – repetidamente veiculada por José María Blázquez – de que cada vez se conhacerão mais deuses indígenas ou para uma outra, de certo modo oposta, de

que, à medida que os nossos estudos progridem, maiores possibilidades há de identificarmos divindades até agora tidas como diferentes.

2. DADOS ADQUIRIDOS

Talvez não seja, pois, despropositado, recordar aqui – ainda que em esquema – os dados que, neste âmbito do estudo da teonímia indígena, podem considerar-se, desde já, como adquiridos, isto é, aceites pela maioria dos investigadores que se têm debruçado sobre esta problemática:

2.1. *Os nomes dos deuses:*

2.1.1. Houve a sua latinização, porquanto somente nos foram transmitidos em epígrafes romanas;

2.1.2. A utilização dos métodos comparativos tem levado ao desenvolvimento dos estudos etimológicos;

2.1.3. Esses estudos têm como finalidade estabelecer a área linguística a que cada teónimo poderá pertencer e determinar, na medida do possível, a função primeira da divindade.

2.2. *A área linguística...*

... é passível de relacionar-se com povos e culturas (ibéricas, celtas, celtibéricas...), o que poderá implicar o conhecimento das migrações e das variantes locais.

2.3. *A força dos epítetos e suas variantes:*

2.3.1. alguns deuses podem ser identificados apenas pelo epíteto;
2.3.2. esses epítetos têm carácter etnonímico e/ou geográfico.

2.4. *Os dedicantes...*

... são indígenas ou não.

3. DADOS POR ADQUIRIR

Constituem, porém, dados não inteiramente adquiridos as respostas às seguintes questões:

3.1. *Linguagem erudita ou linguagem popular?*

Ou seja, por outras palavras: as “metamorfoses” por que passaram os nomes divinos vinculam-se, preferentemente, a uma orientação de índole erudita, pensada, “oficial”, ou são mero fruto da passagem a escrito de sons oralmente transmitidos?

Não gostaria de ser peremptório; penso, porém, que, neste domínio, a linguagem falada, “popular”, deteve papel preponderante. Daí, a diversidade de grafias existente para o mesmo teónimo.

3.2. *Fenómenos linguísticos precisos ou casuais?*

Na sequência do raciocínio anterior, perfilho a opinião de que a casualidade teve preponderância sobre um rigor a que, na presente conjuntura, não seria fácil lançar mão.

3.3. Funções específicas ou de genérica protecção tópica?

As funções atribuíveis às divindades indígenas têm-se deduzido:

- da análise etimológica do respectivo nome e seu significado primordial;
- do epíteto que, eventualmente, acompanhe o teónimo e que seja, nesse aspecto, sugestivo;
- das razões ou objectivos do ex-voto expressos no texto;
- da decoração que circunstancialmente ornamente a epígrafe;
- ou, ainda, das características da divindade romana –ou, até, do santo cristão– com que hajam sido posteriormente identificadas.

Independentemente das conclusões a que essa análise tenha conseguido levar, talvez não seja totalmente despropositado pensar-se que uma genérica protecção tópica poderá constituir o motivo primordial de invocação por parte dos crentes.

3.4. Que ligação possível com os dados arqueológicos?

Mediante mais cuidada observação das tipologias e dos elementos estruturais detectados no terreno, estamos a lograr distinguir ocupação ibérica de ocupação celtibérica ou, simplesmente, céltica. Está a Arqueologia voltada, cada vez mais, para os conjuntos.

Será possível, a curto prazo, relacionar determinados teónimos com determinadas vagas migratórias? Ou teremos de renunciar –duma vez por todas– a essa individualização, porquanto o conhecimento dos deuses já nos chegou através dos parâmetros uniformizadores dos Romanos?

Uma resposta peremptoriamente afirmativa à questão proposta afigura-se-me pouco provável, no actual momento da investigação.

BIBLIOGRAFÍA

- ALBERTOS, M.L. 1985. "A propósito de algunas divinidades lusitanas", *Symbolae Lvdovico Mixelena Septuagenario Oblatae*, Vitória, pp. 469-474.
- ENCARNAÇÃO, J. D' 1987. "Divindades indígenas de Lusitânia", *Conimbriga* 26, pp. 5-37.
- ENCARNAÇÃO, J. D' 1988. "Divindades indígenas peninsulares: problemas metodológicos do seu estudo", *Estudios sobre la Tabula Siarensis* (Anejos de Archivo Español de Arqueología, IX), Madrid, pp. 261-276.
- HOZ, J. DE 1986. "La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania", *Manifestaciones Religiosas en la Lusitania* (Actas das Primeras Jornadas sobre Manifestaciones Religiosas en la Lusitania, Março de 1984), Cáceres, pp. 31-49.
- MELENA, J.L. 1984. "Un ara votiva romana en El Gaitán, Cáceres", *Veleia* 1, pp. 233-260.
- PRÓSPER, B. 1994. "El teónimo paleohispano *Trebarune*", *Veleia* 11, pp. 187-196.
- PRÓSPER, B. 1994-1995. "Der althispanische Göttername *Ocrimirae*", *Beiträge zur Namenforschung* 29-30, pp. 2-11.
- PRÓSPER, B. 1997. "Der althispanische Göttername *abne* und idg. *ad-«Wasser»", *Beiträge zur Namenforschung* (no prelo).
- PRÓSPER, B. "Tongoe Nabiagoi: la lengua lusitana en la inscripción bracarense del ídolo de la fuente" (a publicar).
- VILLAR, F. 1993-1995. "Un elemento de la religiosidad indoeuropea: Trebarune, Toudopalandaigae, Trebopala, Pales, Viśpāla", *Kalathos* 13-14, pp. 355-388.
- VILLAR, F. 1996. "El teónimo lusitano *Reve* y sus epítetos", *Die Größeren Altkeltischen Sprachdenkmäler* (Akten des Kolloquiums Innsbruck, 29.April-3. Mai 1993), Innsbruck, pp. 160-211.